POLÍTICAS CULTURAIS NA PAUTA JORNALÍSTICA: TEMAS E ABORDAGENS DO SITE CULTURA PLURAL (2011 – 2017)

Renato Miranda Valenga (PIBIC), Karina Janz Woitowicz (Orientadora), e-mail: renato.valenga@ gmail.com karinajw@gmail.com

Universidade Estadual de Ponta Grossa/Departamento de Jornalismo.

Comunicação, Jornalismo e Editoração.

Palavras-chave: jornalismo cultural, políticas culturais, folkcomunicação, extensão universitária.

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo retratar o cenário de políticas públicas de Ponta Grossa através da cobertura jornalística do portal Cultura Plural. Tendo em vista a importância da prática extensionista para a produção de um jornalismo que atende às necessidades de uma cobertura democrática e plural, o artigo retrata qual é o agendamento temático realizado pelo site, através do que é produzido em termos de processos culturais. A análise de 56 conteúdos jornalísticos produzidos e publicados entre 2011 e o primeiro semestre de 2017 pretende ilustrar quais são as fontes utilizadas na cobertura, bem como as temáticas e os setores culturais representados, com o objetivo de entender, através da perspectiva de cobertura do site, qual é o cenário da cidade em termos de políticas públicas culturais. O trabalho também faz um breve levantamento da atuação do setor cultural na cidade, e de como acontece a gestão em cultura, seja pela atuação da Fundação Municipal de Cultura, pelo Conselho Municipal de Política Cultural ou pela atuação de grupos culturais locais.

Introdução

O portal de notícias Cultura Plural é um projeto extensionista mantido pelo Curso de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa, bem como colaboradores de diversos segmentos do espectro cultural. O veículo iniciou as atividades em agosto de 2011 e, através do endereço www.culturaplural.com.br, se dispõe a oferecer conteúdo jornalístico do segmento cultural nos Campos Gerais. O site possui cerca de 60 categorias, incluindo Políticas Públicas, que é o foco desse trabalho.

O Cultura Plural se mostra como projeto que possibilita um espaço para a prática de um jornalismo cultural que discute os processos culturais. De acordo com os encaminhamentos dados pela teoria do agendamento, entende-se que a necessidade de abordar políticas públicas em um portal de notícias de cultura é essencial para que o debate sobre o assunto entre na agenda pública e possa ter a devida visibilidade e destaque.

> A aplicação da hipótese da *agenda-setting* no jornalismo cultural permite a compreensão dos motivos da valorização, por parte dos agentes do campo da cultura, da menção na imprensa. O que as editorias de cultura selecionam para

> publicação consiste consideravelmente na imagem mental que os leitores terão sobre o cenário cultural de sua época, e o que for silenciado fica excluído do (re)conhecimento público. (SIRENA 2013 p.05)

Partindo do pressuposto dos resultados causados pela agenda midiática na agenda pública, o fato de um projeto extensionista como o Cultura Plural proporcionar essa cobertura, mesmo que o veículo seja alimentado por colaboradores e não como uma empresa, faz com que os processos culturais que envolvem as políticas públicas culturais do município estejam na discussão de quem acessa o conteúdo do portal. Com isso, o portal se torna um ponto de encontro de grupos culturais e de pessoas envolvidas e interessadas no que acontece em termos de políticas culturais na cidade.

.

Materiais e Métodos

Para a realização da pesquisa, considerou-se inicialmente a necessidade de uma definição em torno do conceito de política cultural. Acredita-se que o acesso à cultura é um direito de uma sociedade democrática. Para isso, é necessária a intervenção do Estado na garantia desse direito. As políticas culturais, como integrantes das políticas públicas de uma forma geral, visam contemplar e tentar resolver todas as carências no setor cultural.

> É verdade que a expressão *política pública* possui diversas conotações, mas aqui genericamente significa que se trata da escolha de diretrizes gerais, que tem uma ação, e estão direcionadas para o futuro, cuja responsabilidade é predominantemente de órgãos governamentais, os quais agem almejando o alcance do interesse público pelos melhores meios possíveis, que no nosso campo é a difusão e o acesso à cultura pelo cidadão. (SIMIS, 2007 p.01)

A segunda etapa da pesquisa compreendeu a recuperação da trajetória das políticas culturais no município, com o propósito de contextualizar o tema. Em Ponta Grossa, os primeiros sinais formais de gestão cultural por parte da Prefeitura começam a partir de 29 de novembro 1954, quando o setor de cultura começou a funcionar junto ao Departamento Municipal de Educação. A partir daí se tem registro da criação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, onde funcionou o Departamento de Cultura até 1996, quando o setor ganhou a sua própria Secretaria Municipal. A partir de 26 de janeiro de 2001, cria-se a Fundação Cultural Ponta Grossa e o setor cultural passa a ser administrado de forma indireta na cidade. Em 29 de dezembro 2005 determina-se que o setor volte a fazer parte da estrutura administrativa do município e só a partir de 1º de janeiro de 2013 que a estrutura atual passou a funcionar, novamente de forma indireta e como nome de Fundação Municipal de Cultura.

O Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC), foi criado em Ponta Grossa pela Lei Nº 10718, de 28 de setembro de 2011. Com 16 representantes, compostos pelo poder público e a sociedade civil, o conselho possui caráter consultivo e deliberativo e tem como característica a articulação entre Estado e sociedade na orientação, fiscalização e promoção de atividades no setor cultural, com base nas diretrizes das Políticas Culturais de âmbito nacional, estadual e municipal.

Partindo do levantamento desse cenário de políticas culturais da cidade, a pesquisa analisou dentro do portal Cultura Plural 56 matérias jornalísticas entre 2011 e o primeiro semestre de 2017. Considerou-se apenas os materiais jornalísticos de formato notícia, perfil e reportagem, excluindo da análise materiais de caráter opinativo e notas, pois esses geralmente não utilizam fontes na narrativa e isso não viabilizaria a discussão sobre a utilização de fontes na cobertura.

Resultados e Discussão

Os resultados mostram que, em relação ao tipo de conteúdo, 7 foram no formato perfil, 31 no formato de notícia, e 18 reportagens. Através desse dado, percebe-se que o perfil de cobertura do portal é de acompanhamento de pautas factuais, muito embora exista um número considerável de reportagens, possibilitando uma discussão mais elaborada sobre políticas públicas, além da divulgação de eventos sobre o tema.

Quanto à temática, é possível notar a influência da factualidade na cobertura através da quantidade de matérias relacionadas a eventos de políticas públicas (22). Em seguida, destaca-se a temática de demandas por políticas culturais (14). Depois aparece a temática de espaços culturais (11). Os textos tratavam, principalmente, da utilização, preservação, restauração ou mesmo desuso de espaços culturais. A temática de ações de grupos culturais (6) diz respeito às manifestações de grupos culturais da cidade com relação à pauta de políticas públicas.

Os textos demonstram que os grupos culturais da cidade também são promotores de políticas públicas, na medida que sentem a carência nesse âmbito. Como afirma Santos (2016), os brasileiros estão se organizando em comunidades na criação e manifestação de projetos. Ainda na temática, 5 conteúdos envolviam lei relacionada à cultura, seja discutindo a criação ou aplicação de uma lei voltada a este âmbito. Aqui aparecem conteúdos sobre a Lei Rouanet de incentivo à cultura e sobre as implicações e dificuldades na adesão em Ponta Grossa. Por fim 3 conteúdos foram classificados como outros.

Em relação aos setores culturais representados, observa-se a grande quantidade de conteúdo que abrange o setor de uma forma geral (19). O mesmo acontece no setor de patrimônio (22), ainda que nesse setor apareçam alguns conteúdos relacionados aos lugares tombados em Ponta Grossa, bem como os que ainda não foram e as implicações na preservação da história desses prédios. Música também aparece com 7 conteúdos, grande parte deles falando sobre a falta de incentivo às bandas locais, bem como sobre o 'Projeto Sexta às Seis'. Literatura, teatro e artes cênicas, artes visuais e grupos étnicos aparecem com 3 conteúdos cada. Por último, consta a categoria dança (1).

Foram identificadas 173 fontes no material coletado. Do total, 50 das fontes representam uma instituição ou empresa. Em seguida aparecem os representantes de entidade ou grupo social (33). As fontes populares (26) também aparecem com frequência, geralmente dando uma opinião sobre o evento ou sobre a temática de políticas culturais. Os artistas locais (25) aparecem dando relatos sobre a necessidade de valorização de seus trabalhos e da falta de divulgação da produção local em cultura. A fonte documental ou fonte secundária também apareceu 18 vezes, sempre citando leis, diretrizes culturais ou outro documento fazendo referência às políticas públicas. Em seguida os personagens (13) serviam como testemunho nas pautas apresentadas.

Por fim, a fala de especialista apareceu 8 vezes, sempre com o sentido de explicar um conceito ou as implicações de leis e políticas culturais na cidade. Vale lembrar que, exceto a categoria de tipo de conteúdo, todas as outras categorias poderiam ser classificadas com mais de um item, por isso os resultados dessas categorias ultrapassam o número de matérias coletadas.

Conclusões

O portal de notícias Cultura Plural, mesmo com uma lógica de produção que não segue os padrões comerciais e é inteiramente voluntária, acompanha as discussões no âmbito das políticas públicas em cultura de Ponta Grossa. O Cultura Plural insere na pauta pública as diferentes implicações e processos no setor, tanto na cobertura da Conferência Municipal de Cultura, como no acompanhamento das diretrizes culturais e das leis de incentivo à cultura. Como uma prática extensionista, o projeto também fomenta a importância de se trabalhar o tema de políticas públicas na graduação.

No caso de incentivo aos artistas locais, observa-se uma repetição do tema em diferentes anos, mostrando um problema específico no setor cultural da cidade, que é o espaço e a divulgação para artistas locais. No documento definido na última Conferência Municipal de Cultura em 2017, a diretriz 1.4, por exemplo, ainda apresenta a divulgação da produção de artistas locais como metas de produção simbólica e diversidade cultural. Quanto à abordagem das fontes, percebe-se que os conselheiros se fazem presentes nas falas, ao passo que os representantes da Fundação Municipal de Cultura são fontes recorrentes quando se trata de explicações com relação às diretrizes ou mesmo planejamento e estratégias de ação na área. Ao dar espaço para os artistas locais, o portal também representa em certa medida a participação dos mesmos nos processos culturais, bem como as reivindicações e necessidades no setor cultural local.

Agradecimentos

Agradeço à Fundação Araucária por possibilitar a realização desta pesquisa.

Referências

ALZAMORA, Geane Carvalho. **Jornalismos na internet: paradigmas emergentes de informações culturais**. Revista LIS – Letra Imagen Sonido, ano 3-4, n. 6-7, jul. 2010/jun. 2011.

CUNHA, Leonardo; TEIXEIRA, Nísio. **O jornalismo cultural e a lógica do iceberg**. Revista Mediação, vol. 7, n. 6, jan./jun. 2008.

SIRENA, Marina Silva. **Agenda-setting e contra-agendamento: possíveis abordagens para o estudo do jornalismo cultural**. Revista Comtempo, vol. 5, n. 2, 2013.

SIMIS, Anita. **A política cultural como política pública**. III ENECULT, maio 2007.

SANTOS, Emilena. **Cultura e Cidadania: políticas culturais de base comunitária**. Revista Extraprensa, vol. 9, n.2, 2016.